

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.502.233 - RJ (2019/0139175-1)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ANTÔNIO MARIA DA SILVA
ADVOGADO : EISENHOWER DIAS MARIANO - RJ056550
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por ANTÔNIO MARIA DA SILVA, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, assim resumido:

PROCESSUAL CIVIL PREVIDENCIÁRIO AGRAVO DE INSTRUMENTO PEDIDO DE DESTAQUE DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS PEDIDO CONDICIONADO AO TRÂNSITO EM JULGADO DE AGRAVO INTEPOSTO PELO AUTOR
DECISÃO MANTIDA

Alega violação do art. 22 § 4º da Lei n. 8906/94, no que concerne ao destaque dos honorários advocatícios contratuais, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

A r. decisão a quo NEGOU VIGÊNCIA às normas legais que garante o exercício da profissão do advogado, negando a paga da verba honorária advocatícia contratual prevista no art. 22, § 4º da Lei nº 8.906/94, ao argumento de que o destaque dos honorários contratuais é proibido segundo o art. 100, § 4º da CF/88, além de impertinente, não encontra amparo na lei e desafia a regra legal (...) (fl. 542).

É o relatório. Decido.

O acórdão recorrido assim decidiu:

Restou expresso no acórdão embargado que de fato a Lei 8.906/94 assegura ao advogado o direito de pleitear a reserva dos honorários advocatícios na execução, desde que não haja controvérsia entre contratante e contratado, todavia, na hipótese dos autos, a decisão de Primeira Instância não indeferiu o pedido de destaque dos honorários contratuais, apenas condicionou a análise do pedido após o trânsito em julgado das decisões proferidas no agravo de instrumento interposto pelo autor, decisão esta que foi mantida por seus fundamentos; ficando ressaltado, ainda, que o magistrado não está obrigado a julgar a questão posta a seu exame de acordo com o pleiteado pelas partes, mas sim com o seu livre convencimento (art. 371 do CPC/2015), utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos

pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso concreto.
(fl. 504) (grifos acrescidos)

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou que: “Não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n.º 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal” (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.682.077/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/10/2017; AgInt no AREsp n. 734.966/MG, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 4/10/2016; AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018; e AgRg no AREsp n. 673.955/BA, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 8/3/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente